

***Rodovia das Cataratas S.A. -
Ecocataratas***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas
Cascavel - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, mas que por opção da Administração da Companhia foi apresentada, e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC n° 1 SP 179631/O-2 S/PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.017	13.532	Fornecedores		4.331	4.321
Clientes	5	7.694	5.298	Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	2.229	2.043
Tributos a recuperar	6	140	430	Empréstimos	13	-	20.338
Despesas antecipadas	7	148	414	Arrendamento mercantil financeiro	14	195	169
Outros créditos		<u>566</u>	<u>127</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		1.895	1.772
Total do ativo circulante		<u>19.565</u>	<u>19.801</u>	Provisão para manutenção	16	13.432	11.498
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		1.562	163
NÃO CIRCULANTE				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.d)	544	791
Tributos diferidos	11.a)	43.777	38.796	Outras contas a pagar		<u>1.258</u>	<u>1.472</u>
Despesas antecipadas	7	390	440	Total do passivo circulante		<u>25.446</u>	<u>42.567</u>
Depósitos judiciais	8	2.126	843				
Imobilizado	9	12.628	11.325	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	10	<u>394.444</u>	<u>417.401</u>	Arrendamento mercantil financeiro	14	56	250
Total do ativo não circulante		453.365	468.805	Partes relacionadas - mútuo	15	68.273	105.101
				Provisão para manutenção	16	74.697	66.345
				Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17	5.503	5.233
				Tributos diferidos	11.a)	332	332
				Outras contas a pagar		<u>6</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>148.867</u>	<u>177.261</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.a)	291.468	291.468
				Reserva de lucros - legal	18.b)	5.456	5.341
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	18.c)	59	-
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	18.d)	1.634	-
				Prejuízos acumulados		<u>-</u>	<u>(28.031)</u>
				Total do patrimônio líquido		298.617	268.778
TOTAL DO ATIVO		<u>472.930</u>	<u>488.606</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>472.930</u>	<u>488.606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	19	193.961	164.077
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(109.190)	(79.690)
LUCRO BRUTO		<u>84.771</u>	<u>84.387</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	20	(20.881)	(20.541)
Outras receitas, líquidas		<u>66</u>	<u>226</u>
		(20.815)	(20.315)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>63.956</u>	<u>64.072</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.091	1.799
Despesas financeiras	21	<u>(21.717)</u>	<u>(16.220)</u>
		(19.626)	(14.421)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>44.330</u>	<u>49.651</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(18.987)	(23.113)
Diferidos	11.b)	<u>4.981</u>	<u>6.416</u>
		(14.006)	(16.697)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>30.324</u>	<u>32.954</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	22	<u>0,10</u>	<u>0,79</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		41.849	-	5.341	4.477	(59.814)	(8.147)
Aumento de capital		249.619	-	-	-	-	249.619
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.954	32.954
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,06 por ação)		-	-	-	-	(1.171)	(1.171)
Dividendos propostos pagos (R\$0,11 por ação)		-	-	-	(4.477)	-	(4.477)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		291.468	-	5.341	-	(28.031)	268.778
Plano de opção com base em ações	18.c)	-	59	-	-	-	59
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.324	30.324
Destinação do lucro:							
Reserva legal	18.b)	-	-	115	-	(115)	-
Dividendos propostos (R\$0,01 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(544)	(544)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,01 por ação)	18.d)	-	-	-	1.634	(1.634)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		291.468	59	5.456	1.634	-	298.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.330	49.651
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	32.205	13.408
Baixa do ativo imobilizado	57	66
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	4.845	3.041
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos	126	4.864
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	7.971	7.457
Constituição de provisão para manutenção, líquida	24.856	21.371
Tributos diferidos	-	(6.416)
Juros sobre contrato de mútuo	12.200	1.042
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.396)	(1.504)
Tributos a recuperar	290	(430)
Despesas antecipadas	316	(771)
Depósitos judiciais	(1.283)	(8)
Outros créditos	(439)	78
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	10	(303)
Obrigações sociais e trabalhistas	123	29
Impostos, taxas e contribuições a recolher	186	325
Outras contas a pagar	(206)	598
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(4.575)	(2.386)
Pagamento de manutenção	(22.541)	(25.527)
Juros pagos	(573)	(5.196)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.590)	(17.302)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>77.912</u>	<u>42.087</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(3.820)	(2.794)
Aquisição de intangível	(6.788)	(351.147)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.608)</u>	<u>(353.941)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas - mútuo	(49.028)	102.415
Captação de empréstimos - terceiros	-	20.757
Pagamento de empréstimos	(20.000)	(47.111)
Aumento de capital	-	249.619
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(791)	(5.055)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(69.819)</u>	<u>320.625</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.515)</u>	<u>8.771</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.532	4.761
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.017	13.532
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.515)</u>	<u>8.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	199.269	173.100
Com construção	6.437	929
Outras receitas	<u>6.357</u>	<u>5.672</u>
	<u>212.063</u>	<u>179.701</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(70.377)	(58.412)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(15.678)</u>	<u>(15.274)</u>
	<u>(86.055)</u>	<u>(73.686)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>126.008</u>	<u>106.015</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(32.205)</u>	<u>(13.408)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>93.803</u>	<u>92.607</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	<u>2.091</u>	<u>1.799</u>
	<u>2.091</u>	<u>1.799</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>95.894</u>	<u>94.406</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>95.894</u>	<u>94.406</u>
Pessoal	<u>13.835</u>	<u>12.863</u>
Remuneração direta	10.884	10.286
Benefícios	2.392	2.082
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	559	495
Impostos, taxas e contribuições	<u>32.109</u>	<u>32.369</u>
Federais	21.512	23.586
Municipais	10.597	8.783
Remuneração de capitais de terceiros	<u>19.626</u>	<u>16.220</u>
Juros	12.534	5.906
Outras	7.092	10.314
Remuneração de capitais próprios	<u>30.324</u>	<u>32.954</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	-	1.171
Absorção de prejuízos acumulados	28.031	-
Lucro do exercício retido	2.293	31.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas” ou “Companhia”), constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente desde o final do ano 2002, pela Administração da Companhia e pelo Governo do Estado do Paraná. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Federal BR-277, km 582.

Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços pelo Poder Concedente com a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término da concessão.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas estender-se-á, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

Em 26 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram a transferência do controle acionário da Ecocataratas para a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009.

Em razão da operação, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais - R\$, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

As edificações, os móveis e os utensílios e as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.8. Passivos financeiros

- Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro e empréstimos (vide notas explicativas nº 13 e nº 14). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos e são apresentadas como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.10. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

2.11. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.12. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia oferece a seus empregados plano opção com base em ações e recebe os serviços como contraprestações. O plano de ações de compra em ações será liquidado com as ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga (vide nota explicativa nº 18.c)).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base em ações”, que registrou o benefício aos empregados.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e o serviço são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e empréstimos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.d).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.16. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.17. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.
- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarece que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que deem a seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível às mudanças no risco de

crédito daquele passivo é reconhecida na rubrica “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação - substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2) - as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes para determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 27.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e parte relacionada, que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente, levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 10,24% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está na média ponderada das captações do período. Vide nota explicativa nº 16.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo

custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	2.996	1.850
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	<u>8.021</u>	<u>11.682</u>
	<u>11.017</u>	<u>13.532</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico (*)	6.843	4.235
Cupons de pedágio	227	962
Outras contas - receitas acessórias	<u>624</u>	<u>101</u>
	<u>7.694</u>	<u>5.298</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição das contas a receber.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
IRRF a recuperar	133	430
Outros tributos a recuperar	<u>7</u>	<u>-</u>
	<u>140</u>	<u>430</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e aos pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O saldo será utilizado para abater o passivo de IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF e PIS, Cofins e CSLL retidos, a pagar em 2011.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$538 (R\$854 em 31 de dezembro de 2010) é composto, substancialmente, por prêmios de seguros e aluguel, circulante e não circulante.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	843	835
Adições	1.727	478
Baixas	(579)	(552)
Atualização monetária	<u>135</u>	<u>82</u>
Saldo no fim do exercício	<u>2.126</u>	<u>843</u>

9. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.350	1.141	154	4.362	1.652	10.659
Adições	733	57	181	-	1.823	2.794
Baixas	(12)	(35)	(4)	-	(15)	(66)
Transferências	-	1	13	-	(13)	1
Depreciação	<u>(950)</u>	<u>(185)</u>	<u>(36)</u>	<u>(401)</u>	<u>(491)</u>	<u>(2.063)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>3.121</u>	<u>979</u>	<u>308</u>	<u>3.961</u>	<u>2.956</u>	<u>11.325</u>

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Adições	766	342	407	-	2.305	3.820
Baixas	(1)	(35)	(3)	-	(18)	(57)
Depreciação	<u>(1.054)</u>	<u>(206)</u>	<u>(57)</u>	<u>(382)</u>	<u>(761)</u>	<u>(2.460)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>2.832</u>	<u>1.080</u>	<u>655</u>	<u>3.579</u>	<u>4.482</u>	<u>12.628</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,5	17,5	-

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, do arrendamento mercantil financeiro (vide nota explicativa nº 14) ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximos ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo.

10. INTANGÍVEL

<u>Intangível</u>	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	77.408	-	182	10	77.600
Adições	351.069	-	78	-	351.147
Transferências	(1)	-	-	-	(1)
Amortização	<u>(11.261)</u>	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>(1)</u>	<u>(11.345)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>417.215</u>	<u>-</u>	<u>177</u>	<u>9</u>	<u>417.401</u>
Adições	6.593	151	44	-	6.788
Amortização	<u>(29.680)</u>	<u>-</u>	<u>(65)</u>	<u>-</u>	<u>(29.745)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>394.128</u>	<u>151</u>	<u>156</u>	<u>9</u>	<u>394.444</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 6,41% (6,20% em 31 de dezembro de 2010).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.871	1.779
Provisão para manutenção e amortização do intangível	41.768	36.920
Juros capitalizados	(332)	(332)
Outros	<u>138</u>	<u>97</u>
	<u>43.445</u>	<u>38.464</u>
Ativo diferido	43.777	38.796
Passivo diferido	<u>(332)</u>	<u>(332)</u>
	<u>43.445</u>	<u>38.464</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(13.903)	(16.948)
Imposto de renda diferido	<u>3.663</u>	<u>4.777</u>
	<u>(10.240)</u>	<u>(12.171)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(5.084)	(6.165)
Contribuição social diferida	<u>1.318</u>	<u>1.639</u>
	<u>(3.766)</u>	<u>(4.526)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.330	49.651
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(15.072)	(16.881)
Juros sobre o capital próprio	-	398
Outros	<u>1.066</u>	<u>(214)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(14.006)</u>	<u>(16.697)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(18.987)	(23.113)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	4.981	6.416

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	979	834
Cofins	590	527
PIS	128	114
ISS na fonte	75	69
Outros impostos	<u>457</u>	<u>499</u>
	<u>2.229</u>	<u>2.043</u>

13. EMPRÉSTIMOS

<u>Modalidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Capital de giro - circulante	Real	Abril de 2011	107,5% do CDI	-	<u>20.338</u>

Os empréstimos adquiridos pela Companhia foram destinados para capital de giro e compra de equipamentos operacionais. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro -		
pagamentos mínimos de arrendamento:	194	168
Menos de um ano	55	250
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>249</u>	<u>418</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>1</u>	<u>1</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>250</u>	<u>419</u>
Circulante	<u>194</u>	<u>169</u>
Não circulante	<u>56</u>	<u>250</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado”, apresenta R\$670 em 31 de dezembro de 2011 (R\$419 em 31 de dezembro de 2010) e refere-se a caminhões.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de empresas a ela ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	Ativo não circulante - intangível	Passivo não circulante - mútuo
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	<u>68.273</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		-	<u>68.273</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>4.579</u>	<u>105.101</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$21.596, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Adicionalmente, o valor de R\$68.273 refere-se ao contrato de mútuo com a EcoRodovias Concessões; o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano.

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	24
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Outras partes relacionadas	5.626	15.970
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>5.626</u>	<u>15.994</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>5.352</u>	<u>15.192</u>

- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas à controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Ecocataratas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$6.359, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2011, não há saldo a pagar referente a esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); nem (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$944 (R\$730 em 31 de dezembro de 2010).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	398	439
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 18.c))	59	-
Benefícios diretos e indiretos	<u>289</u>	<u>291</u>
	<u>746</u>	<u>730</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como “Provisão para manutenção” referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente com taxa de 10,24% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	161.331	33.361	-	-	194.692
Efeito de valor presente sobre constituição	(44.974)	-	-	(8.505)	(53.479)
Realizações da manutenção	(53.628)	-	(22.541)	-	(76.169)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>15.114</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.971</u>	<u>23.085</u>
	<u>77.843</u>	<u>33.361</u>	<u>(22.541)</u>	<u>(534)</u>	<u>88.129</u>
Circulante	<u>11.498</u>				<u>13.432</u>
Não circulante	<u>66.345</u>				<u>74.697</u>

17. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	1.924	1.374	(719)	242	2.821
Trabalhista (b)	1.832	1.235	(845)	190	2.412
Tributária	<u>822</u>	<u>-</u>	<u>(822)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.578</u>	<u>2.609</u>	<u>(2.386)</u>	<u>432</u>	<u>5.233</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	2.821	1.082	(412)	312	3.803
Trabalhista (b)	<u>2.412</u>	<u>3.244</u>	<u>(4.163)</u>	<u>207</u>	<u>1.700</u>
	<u>5.233</u>	<u>4.326</u>	<u>(4.575)</u>	<u>519</u>	<u>5.503</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$1.451 (R\$1.356 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. Em 31 de dezembro de 2011, existem processos que totalizam R\$6.795 (R\$6.142 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$5.192 (R\$5.192 em 31 de dezembro de 2010). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$291.468 (R\$291.468 em 31 de dezembro de 2010), representado por 291.468 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e da Companhia a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com a conseqüente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Companhia e, conseqüentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Companhia e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., como interveniente-anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Companhia foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Companhia no valor de R\$23.168, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e empregados-chave que não sejam administradores estatutários.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo “Black-Scholes” para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$59.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos, que totalizam R\$791 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, referentes a dividendos propostos do exercício de 2009.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos é como segue:

	<u>31/12/2011</u>
Prejuízos acumulados	(28.031)
Lucro líquido do exercício	30.324
Reserva legal - 5%	<u>(115)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>2.178</u>
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>544</u>
Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros	<u>1.634</u>

19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	126.053	121.565
Pedágio por equipamento eletrônico	56.602	37.185
Pedágio em cupons e vale-pedágio	14.253	12.423
Outras	<u>2.361</u>	<u>1.927</u>
	199.269	173.100
Receita de construção	6.437	929
Receitas acessórias (*)	<u>6.357</u>	<u>5.672</u>
Receita bruta	212.063	179.701
Deduções de receita	<u>(18.102)</u>	<u>(15.624)</u>
Receita líquida	<u>193.961</u>	<u>164.077</u>

(*) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas com pessoal	13.835	13.043
Conservação e manutenção	11.441	10.677
Serviços de terceiros (*)	29.025	29.636
Seguros	818	960
Poder Concedente	2.600	2.472
Depreciação e amortização	32.205	13.408
Provisão para manutenção	24.956	21.371
Custos com construção	6.437	929
Locação	1.798	1.542
Outros	<u>6.956</u>	<u>6.193</u>
	<u>130.071</u>	<u>100.231</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Classificados como-		
Custo dos serviços prestados	109.190	79.690
Despesas gerais e administrativas	<u>20.881</u>	<u>20.541</u>
	<u>130.071</u>	<u>100.231</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.879	1.707
Variação monetária ativa	208	92
Outras	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>2.091</u>	<u>1.799</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(334)	(4.864)
Juros sobre contrato de mútuo	(12.200)	(1.042)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão	(7.971)	(7.457)
Outras	<u>(1.212)</u>	<u>(2.857)</u>
	<u>(21.717)</u>	<u>(16.220)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(19.626)</u>	<u>(14.421)</u>

Os juros sobre empréstimos são capitalizados conforme critérios definidos pela Deliberação CVM nº 193/96.

22. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,10</u>	<u>0,11</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	30.324	32.954
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	291.519	291.468

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$878 (R\$761 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido e reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 18).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- As aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 101,5% e 101,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida (i)	251	20.757
Caixa e saldos de bancos	<u>(11.017)</u>	<u>(13.532)</u>
Dívida líquida	<u>(10.776)</u>	<u>7.225</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>298.617</u>	<u>268.778</u>
Índice de endividamento líquido	<u>(0,04)</u>	<u>0,03</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	2.996	2.996
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	7.694	7.694
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	8.021	8.021
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	4.331	4.331
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	250	250

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras se aproximam do valor justo na data do balanço.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$6.843 (R\$4.235 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de Juros</u> <u>(média ponderada)</u> <u>efetiva % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Arrendamento mercantil financeiro	15,53% a.a.	195	56

Análise de sensibilidade

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não há empréstimos e financiamentos.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contribuiu com o montante de R\$118 (R\$95 em 31 de dezembro de 2010), registrado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u> R\$ mil
“All Risks”	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	514.647
“All Risks”	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	190.500
“All Risks”	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	190.500
“All Risks”	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	25.407
Seguro-garantia	Fevereiro de 2011 a fevereiro de 2012	10.765
Equipamentos - frota leve	Julho de 2011 a julho de 2012	Tabela Fipe
Equipamentos - frota pesada	Julho de 2011 a julho de 2012	Tabela Fipe

27. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2011, a parcela reajustada é de R\$225 (R\$205 em 31 de dezembro de 2010).
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao Terminal Turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	6.437	929
Custos de construção	<u>(6.437)</u>	<u>(929)</u>
	=====	=====

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Companhia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão é novembro de 2021). A atual administração do Governo do Estado do Paraná busca atingir intento em reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2009, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias para determinadas categorias de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, estando atualmente no aguardo de eventuais recursos aos tribunais superiores. A Ecocataratas busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o contrato de concessão da concessionária, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual administração estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente contribui individualmente de forma significativa para as receitas da Companhia.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.
